

## Trégua para Sarney

Já começa a percorrer as correntes pensantes do poder a sensibilidade de que a eleição municipal de 88 será um risco calculado, cujas conseqüências, fatalmente, irão prejudicar somente a transição e o governo Sarney. Afiançava-nos ontem o ministro Jäder Barbalho, inclusive, a necessidade de uma trégua administrativa para que o presidente Sarney possa gerenciar o espólio que recebeu da fase anterior à da definição do tempo de seu mandato, quando, por instável, não pôde administrar a longo prazo.

Está implícito nas declarações do ministro Barbalho, que pensa igual a outros colegas, como João Alves, do Interior, que pouco a pouco vão perdendo a timidez para arrostar publicamente as conseqüências de se afirmar contra as eleições municipais deste ano. Na véspera, antes de seguir para a Base Aérea de Brasília para aguardar o presidente Sarney, o Ministro do Interior nos dizia ter resolvido ençarar o dragão de frente, sem hipocrisia.

Quanto a Barbalho, o fundamento da solicitação de trégua para o Presidente poder trabalhar em paz inspira-se em outras premissas: o problema maior não está em se ter uma eleição municipal em 88, diz ele, mas numa eleição solteira para presidente da República em 89. Jânio Quadros foi eleito justamente num pleito — solteiro, em 60, e deu no que deu, ao enfrentar um Congresso hostil, eleito em 1958, não coincidentemente com a eleição presidencial.

Jäder vai além ao antecipar que difícil-

mente haverá uma eleição casada em 89, junto com a de Presidente, pois os parlamentares não quererão abrir mão de um ano de mandato. Está claro que poderia haver uma tentativa. O deputado Jorge Viana, na residência do ministro Prisco Viana, chegou a concitar o presidente Sarney a enviar projeto ao Congresso convocando eleições gerais para 89, e assim desafiando a sensibilidade política do parlamento.

Para Jäder Barbalho esse fato passa a ser extremamente delicado, pois não se atém somente a uma apreciação genética, mas à profunda reflexão de que a eleição presidencial solteira em 89 levará aos palanques dois cidadãos extremamente individualistas, que se sobrepõem aos partidos políticos, cuja alternância no poder é que injeta a adrenalina na democracia, sempre que exangue, corre o risco de novos ditados autoritários.

Portanto, somente a prorrogação dos mandatos municipais por um ano tiraria da eleição presidencial de 89 sua dramaticidade celibatária. Casada com o fato eleitoral municipal, os candidatos teriam que altivar o pronunciamento das bases, e não apenas da mídia eletrônica, que certamente elegerá o presidente, pelo melhor desempenho, e mais flagrante carisma.

A trégua administrativa solicitada pelo Ministro da Reforma Agrária é para que o presidente Sarney consiga terminar em paz o projeto administrativo de seu governo e possa equacionar sua sucessão.